

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Análise de Situações de Vida e Trabalho de Mulheres da Área Rural de Nova Friburgo - RJ”

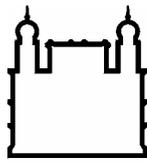
por

Leila Costa de Souza

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Minayo Gómez

Rio de Janeiro, outubro de 2008



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Esta dissertação, intitulada

“Análise de Situações de Vida e Trabalho de Mulheres da Área Rural de Nova Friburgo - RJ”

apresentada por

Leila Costa de Souza

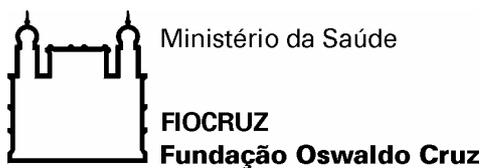
foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Marilene Affonso Romualdo Verthein

Prof.^a Dr.^a Jussara Cruz de Brito

Prof. Dr. Carlos Minayo Gómez – Orientador

Dissertação defendida e aprovada em 10 de outubro de 2008



AUTORIZAÇÃO

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2008

Leila Costa de Souza

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

S729a Souza, Leila Costa de
Análise de situações de vida e trabalho de mulheres da
área rural de Nova Friburgo-RJ. / Leila Costa de Souza. Rio
de Janeiro: s.n., 2008.
97 p., il., mapas

Orientador: Minayo Gómez, Carlos
Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional
de Saúde Pública Sergio Arouca

1. Identidade de Gênero. 2. Mulheres. 3. População Rural.
4. Condições de Trabalho. 5. Saúde do Trabalhador. I.
Título.

CDD - 22.ed. – 363.11098153

AGRADECIMENTOS

Ao fim desse caminho, agradecer é preciso!

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Minayo Gomez pelas muitas horas dedicadas a me mostrar, com paciência, o melhor caminho na construção dessa dissertação.

À Prof^ª. Dr^ª. Carmem L. Marinho, que me fez dar os primeiros passos no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) e a Prof^ª. Dr^ª. Jussara Brito, pelo incentivo diante da escolha deste tema.

À Sr^a Bonina, Superintendente do Programa Saúde da Família do Município de Nova Friburgo e a Dr^a Wilma Theophilo, advogada neste município, pelo tempo que dividiram comigo suas angústias sobre a mulher rural.

À Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias por ter me permitido redimensionar o tempo.

Aqueles que dedicaram seu estudo às mulheres rurais e que me proporcionaram muitas reflexões.

A Luana Velasco e a todos que, gentilmente, me atenderam enviando o material solicitado.

A minha família pelo estímulo e compreensão diante da ausência, mesmo que presente. A minha filha pela ajuda nas dificuldades encontradas.

Aos amigos que me incentivaram a dar mais este passo e aqueles que me ajudaram nesta caminhada, principalmente a Clara.

Às mulheres trabalhadoras da área rural de Nova Friburgo que me receberam como muito carinho. Pelos risos e pelas lágrimas que dividimos nesses momentos. Vocês estão presentes em mim e nas flores de meu jardim.

A minha mãe pelos grandes ensinamentos deixados. Uma parte de mim é você.

Olhe para estas mãos
de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.

.....

Minhas mãos doces...
Jamais ociosas.
Fecundas, imensas e ocupadas,
Mãos laboriosas.

.....

Mãos de semeador
Mãos de semeador afeitas
à sementeira do trabalho.
Minhas mãos raízes
procurando a terra....

.....

Afeitas à sementeira do trabalho.
Semeando sempre.
Jamais para elas
os júbilos da colheita.

CORA CORALINA

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar diversas dimensões das trajetórias de vida e trabalho de mulheres de três distritos do município de Nova Friburgo que se destacam pela produção de olerícolas, flores e incipiente agricultura orgânica. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo que visa compreender o cotidiano dessas mulheres nos diferentes espaços em que estão inseridas, bem como as semelhanças, diferenças e desigualdades existentes em função das relações de gênero. Foram realizadas 24 entrevistas sobre temas como atenção à saúde, jornada e acidentes de trabalho, trabalho informal, uso do tempo livre e proteção social. No tratamento dos dados foi utilizada a análise temática com vistas à compreensão das trajetórias ocupacionais e de vida das entrevistadas. Os resultados revelam que, apesar de encontrar-se envolvidas na produção agrícola em condições similares às dos homens, ressentem-se da falta de reconhecimento de seu papel enquanto trabalhadoras e inclusive da ausência de remuneração. A prática cultural de entregar ao homem o controle de toda a atividade produtiva, assim como a dificuldade em comprovar a condição de trabalhadoras ainda são recorrentes. A sobrecarga originada pela acumulação do trabalho produtivo com o doméstico priva a mulher de um tempo que lhe seja próprio. Entre os agravos à saúde, encontram-se os derivados da aplicação de agrotóxicos sem a utilização de equipamentos adequados de proteção; o uso de remédios para o “problema de nervos” e a dor no corpo, principalmente nas costas. Enfrentam também grandes dificuldades em busca de benefícios previdenciários. Conclui-se que são muito tênues os sinais de emancipação e torna-se necessário priorizar ações protetivas que promovam a maior autonomia dessas mulheres e a melhora da sua qualidade de vida.

Palavras-chave: gênero; mulher rural; desproteção social; saúde do trabalhador

ABSTRACT

This study aimed to analyze diverse dimensions of the life trajectories and work of women of three districts of the city of Nova Friburgo that detaches for producing vegetables flowers and organic agriculture. It is a qualitative study whose endeavour is to understand the routine of those women in the environments in which they work and live as well as the resemblances, differences and existing inequalities in terms of gender roles. Twenty four interviews were conducted on subjects such as attention to the health, journey and work accidents, informal work, use of free time and social protection. In order to comprehend the facts thematic analysis was utilized with an aim to comprehend the occupational history and life of those interviewed. The results reveal that, despite of being involved in the agricultural output in similar conditions of the men, there is a resent in the absence of recognition of their role as workers including, sometimes, the absence of wage. The cultural practice of delivering to the man the result of there productive activity and the difficulty in corroborate there condition as workers is still persistent. The excess originated by the accumulation of the “outside” work with the one they have to provide at home deprives women of a time of there own. Between complains related to health we could find, that some appear to have the source from the application of pesticides without the utilization of adequate equipment of protection; the use of medicines for the "nerve problem” and the body pains, mainly in the back. They also face big difficulties in search of benefits from the social security. We can conclude that they are a little bit far from the emancipation and become necessary to prioritize protective actions whose purpose is to promote a bigger autonomy of those women and improve their quality of life.

Keywords: gender; rural women; lack of social protection; worker’s health

LISTA DE ABREVIATURAS

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPI - Equipamento de Proteção Individual

IBELGA - Instituto Bélgica - Nova Friburgo

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LER/DORT – Lesões por Esforços Repetitivos/ Doenças osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ÍNDICE	
Agradecimento	v
Epígrafe	vi
Resumo	vii
Abstract	viii
Lista de abreviatura	ix
Índice	x
Capítulo 1. Gênero e divisão sexual do trabalho	11
Gênero, trabalho agrícola e saúde das mulheres	12
Outros indicadores de desigualdades sociais	18
Capítulo 2. Percurso da pesquisa	21
Características do município de Nova Friburgo: um pouco de história	21
Construção metodológica	24
Operacionalização	27
Indo ao campo	27
Capítulo 3. Mensagens cruzadas: trabalho, saúde, reconhecimento social	30
A mulher e o espaço de produção	30
Os diferentes espaços	31
As trajetórias de vida	40
Trabalho sim, ajuda não!	43
Caminho da roça: quem vai seguir?	53
Da desigualdade social aos sinais de emancipação	56
Saúde: para além do visível	63
Quando os documentos silenciam	75
Considerações finais	88
Referências bibliográficas	92
Anexo I – Mapa de Nova Friburgo	97
Anexo II – Roteiro das entrevistas	98
Anexo III - Documento exigido pelo INSS para obtenção de benefício	99

Capítulo 1.

GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

As últimas pesquisas sobre o tema Gênero, Trabalho e Saúde vêm ganhando novas dimensões, principalmente, por discutir os conceitos e métodos de investigações da relação trabalho/saúde, o que têm contribuído com mudanças significativas nesta área de conhecimento. Estas novas abordagens têm possibilitado o tratamento mais abrangente de problemáticas como a atenção à saúde das trabalhadoras, a divisão desigual dos riscos e das doenças e a sobrecarga trazida pela acumulação invisível do trabalho produtivo com o doméstico (Brito, 1999).

Pesquisas anteriores mostram que as mulheres sempre trabalharam, no entanto o reconhecimento do trabalho profissional em algumas categorias ainda é um desafio. A proximidade que em muitos casos a atividade produtiva das mulheres guarda com o trabalho doméstico, a sua realização no espaço privado e a insistência em tomar as competências requeridas nessas atividades como qualidades naturais contribuem para mantê-lo na invisibilidade implicando em sua desvalorização. Trabalhos como os realizados na costura, na agricultura e no comércio, entre outros, estão inseridos nesse contexto e são exemplos típicos de trabalhos precários e invisibilizados que são desenvolvidos há muito tempo, muitas vezes em troca de rendimentos coletivos ou familiares, com grandes jornadas (Brito, 2005). Pensar o processo de trabalho sob a ótica do gênero implica em questionar as desigualdades trazidas pelo componente social nas condições de trabalho e saúde (Brito, 1999).

Segundo Zasso (1997), pensar em gênero é refletir sobre a organização das relações entre os sexos, é negar o determinismo biológico, dando ênfase as qualidades fundamentalmente sociais das distinções baseadas no sexo. Desta forma, questionar os diferentes papéis da mulher no interior dos diversos níveis sociais contribui com a ruptura da dicotomia entre público e o privado, entre produção e reprodução, vencendo as polaridades entre os diferentes espaços.

Em seu estudo Saffioti (1992) avança ao enfatizar que o gênero diz respeito às estruturas de poder, e que dentro dele, ou por meio dele, o poder é articulado. Nesse

sentido, o poder se manifesta na organização do trabalho, nas formas coercitivas de gestão. As desigualdades expressam-se inclusive nos direitos diferenciados das trabalhadoras e dos trabalhadores, uma vez que as funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres são distintas, com exigências e riscos mais ou menos demonstráveis e mensuráveis (Brito, 1995).

Considerar a divisão sexual do trabalho em toda análise e intervenção acerca da saúde do trabalhador é o caminho mais adequado para se compreender o que é trabalhar, dentro de uma ótica mais ampla, dando visibilidade às diferentes modalidades de atividades e suas articulações, uma vez que coloca em evidência formas pela qual a sociedade organiza os setores de produção e de reprodução (Brito, 1999, 2005). Analisar a centralidade da categoria trabalho sob a perspectiva das relações intersubjetivas contribui, significativamente, para enriquecer a abordagem latino-americana de estudos da saúde do trabalhador, no que tange a conceitos e metodologias (Brito, 1997).

Gênero, trabalho agrícola e saúde das mulheres

Muitos estudos abordam o fato das agricultoras perceberem a sua participação como “ajuda”, complementaridade do trabalho masculino, confundida com não-atividade econômica, mesmo que trabalhe tanto quanto os homens, dificultando assim o reconhecimento de seu papel enquanto agricultora, conseqüentemente, a remuneração por seu trabalho (Brumer, 1988). Essa informação pode ser corroborada com os dados do Instituto de Economia do Rio de Janeiro, referentes ao ano 2000. Tal instituto evidencia que do total de pessoas sem acesso à renda monetária, 80% eram mulheres trabalhadoras rurais (Butto, 2003).

Dentro desse recorte, a falta de identificação da mulher agricultora como produtora agrícola, tem um alcance que ultrapassa o espaço privado. De acordo com Fisher & Melo (1996) e Melo (2006), resulta não somente na desvalorização da sua capacidade produtiva, como na sua real integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo público meta é o produtor da agricultura familiar, independente do sexo a que pertença. Esses programas põem claramente em prática a divisão sexual do trabalho, pois não incluem a produtora agrícola familiar no rol dos beneficiados, dessa forma, os planejadores, ao elaborarem os programas, se não impedem explicitamente a participação da mulher, também não pensam

incluir o feminino, como fazem com os homens, como ainda se verifica em programas públicos como o PRONAF.

Esse panorama, segundo esta mesma autora, não se restringe unicamente às produtoras das diferentes regiões do Brasil, mas inclui as mulheres de várias partes do mundo apesar de serem as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar. Na África e na Índia são elas que cultivam mais de 70% dos produtos alimentares de subsistência; em escala menor, mas também significativa, na América Latina e no Caribe, 50% da alimentação consumida são originadas do trabalho feminino (Melo, 2006).

Tal realidade apresenta relação com a formação da agricultora. Como afirma Paulilo (2004), a mulher foi socializada no espaço privado e qualificada para os afazeres domésticos, o trabalho na lavoura, o cuidado e a educação dos filhos, a lida com os animais e a sair sempre acompanhada pelo marido, pelo pai ou pelos irmãos. Já para o homem fica reservado o aprendizado das novas tecnologias, a comercialização dos produtos, os contatos com os bancos (empréstimos e pagamentos) e a participação em associações tais como cooperativa e sindicato. Neste sentido, em pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul (RS), verificou-se que, na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que demandam maior força física, o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, como as de caráter mais leve (Brumer & Freire, 1993).

A respeito dessa afirmação, Paulilo (2004) ao observar o trabalho das mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, verificou que a distinção entre trabalho 'pesado' feito pelos homens e trabalho 'leve' (remuneração baixa) feito pelas mulheres não se devia a força física despendida, mas ao sexo de quem o executava sendo, portanto, culturalmente determinada. A tarefa por mais exaustiva, desgastante ou prejudicial à saúde, se exercida pela mulher era considerada leve. Essa hierarquia entre os trabalhos desenvolvidos por homens e por mulheres espelha o que ocorre na sociedade, expressando as relações de gênero (Marcondes et al., 2003). O mundo rural não se exclui dessa padronização.

Sob o ponto de vista da divisão sexual do trabalho, a mecanização, fruto da entrada do capital no campo, e geralmente sob domínio masculino, alterou profundamente o processo

de trabalho rural (Teixeira, 1996). Nos locais onde a topografia a limitou, as máquinas para preparar o solo e colher não podem ser utilizadas, prevalecendo o trabalho manual. Dessa forma, a força de trabalho humano ainda representa papel fundamental no processo de trabalho e, a mulher participa, praticamente, em todas as atividades da propriedade, fazendo cada vez mais tarefas masculinas.

No entanto, quando os postos de trabalho são substituídos pela máquina, a mulher é a primeira a ser afastada, uma vez que ela tão somente ‘ajuda’; ou tem a sua participação delimitada a algumas etapas de produção, consideradas adequadas aos seus ‘atributos’ femininos, como na colheita onde sua força de trabalho não é, geralmente, substituída. Isto dá ao seu trabalho um caráter de sazonalidade, o que pode resultar em liberar a mulher para trabalhos externos à produção agrícola, geralmente, marcados pela informalidade (Brumer, 2004).

Esta precariedade é evidenciada em vários estudos, como os feitos por Safiotti (1992), no Município de Araraquara. Além da trabalhadora somente receber nos dias em que trabalha, não fazendo jus a alguns direitos, pois não completa os três meses sem interrupção no mesmo local, o seu salário é pago embutido no de seu marido para descaracterizar o vínculo empregatício.

Uma outra forma de se pensar a precariedade é a que se materializa através da dupla jornada de trabalho, prática preponderante na agricultura familiar onde o espaço de produção se confunde com o de reprodução, traduzindo-se em uma tensão constante no cotidiano da mulher. Como não houve redefinição das tarefas domésticas, ela tem que estender o seu tempo dedicado ao trabalho, realizando as tarefas da casa à noite ou nos fins-de-semana, privando-se cada vez mais de um tempo que lhe seja próprio.

O comportamento reprodutivo também atravessa a organização do trabalho tanto na produção quanto no espaço doméstico. A média de filhos por família rural tem diminuído consideravelmente, passando de 5,5 filhos para 2,6 nas últimas décadas (Brumer, 2004). A ideologia de que quanto maior a prole, maior seria o número de pessoas envolvidas na força de trabalho faz parte do passado, pois os jovens, de forma geral, não se inserem mais na produção agrícola. O filho deixou de ser um investimento para se transformar em aumento de despesa. Além disso, é comum a migração dos jovens do campo para a cidade, conseqüentemente, a família se submete a uma redefinição entre seus membros para acompanhar a nova organização do trabalho, refletindo no aumento da jornada, na

intensificação do ritmo de trabalho e na necessidade de inserir novas formas de trabalho e produção e, a mulher não está imune a essa mudança (Dal Castel, 2007).

Tema bastante relevante em pesquisas que trazem à tona a problemática do gênero na análise das atividades da roça é a forma de gerenciar os recursos. Que espaço a mulher ocupa nesse gerenciamento? Observa-se que a receita proveniente da safra é administrada pelo homem, mesmo que ela opine, ele decide. A mulher participa no que é direcionado ao consumo doméstico, ou produto da pequena roça que às vezes tem, mas mesmo assim, sob o olhar do marido. É distinto também o uso dos eventuais recursos 'excedentes', enquanto eles privilegiam o consumo individual (bebida, lazer), ela utiliza para as despesas com a casa e para o bem-estar dos membros da família (Teixeira, 1996; Zasso, 1997). Portanto, sua autonomia é duplamente limitada: por somente ser exercida no âmbito doméstico e pelo olhar 'cuidadoso' do marido que, mesmo neste espaço, é o verdadeiro administrador.

A partir da concepção de que o trabalho não é neutro em relação à saúde, isto é, favorece a doença ou a saúde, ele ocupa lugar muito mais importante na luta contra a doença do que o suposto nas concepções científicas dominantes (Brito, 1999). A saúde relaciona-se à possibilidade de conquistar a liberdade de adaptação física, de expressão, do desejo e de ação individual e coletiva sobre a organização do trabalho (Dejours apud Brito, 1999).

Sob a luz dessa concepção ao se analisar o cotidiano das agricultoras no meio rural brasileiro, pode-se concluir que a conquista dessa liberdade encontra-se cerceada por práticas culturais que primam, de forma geral, por dar ao homem o controle de toda a atividade agrícola, evidenciando uma postura patriarcal no campo. A agricultura familiar representa um lugar de opressão intrafamiliar manifestada pela figura do pai ou do marido, vivenciada de modo naturalizado, como se derivada das relações consanguíneas e completamente apartada do universo do trabalho (Silva & Portella, 2006).

Ao se refletir sobre a saúde das pessoas que vivem no campo vários fatores devem ser considerados. Os intrínsecos à atividade agrícola, considerados pela legislação como de risco grave (Lei 6.367/76), se potencializam em função da própria organização do trabalho, da intensificação do ritmo de produção, dos baixos salários, da restrição aos serviços de educação e saúde, do isolamento geográfico e social. Há também que se considerar que o comprometimento da saúde pode atingir aqueles que não estão diretamente envolvidos com

a produção agrícola, devido à proximidade entre as habitações e as áreas de cultivo, submetendo a todos aos efeitos da pulverização (Teixeira, 2003; Brito et al., 2005).

Além das intoxicações provocadas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos outros agravos à saúde são comuns entre os agricultores como a exposição continuada ao sol, associada ao câncer de pele e ao envelhecimento precoce, uma vez que não observam pausas e nem as reposições calórica e hídrica necessárias; a exposição a partículas de grãos armazenados, ácaros, pólen, detritos de origem animal; as posturas anti-ergonômicas levando a problemas osteomusculares; e as mutilações por instrumentos cortantes de trabalho, dentre outras (Silva, 2005).

Em estudo realizado em Nova Friburgo, Levygard & Rozemberg (2004), concluíram que as condições de trabalho têm determinado na área rural de Nova Friburgo, ao longo do tempo, problemas de saúde bem definidos em sua população, dentre os quais se encontram as lesões por esforço repetitivo, as doenças osteomusculares provocadas por posturas anti-ergonômicas; as intoxicações por agrotóxicos; o alcoolismo; a depressão. Há referências, também, ao aumento significativo de casos de câncer de mama, fígado e próstata. Além disso, alertam para a necessidade de se repensar o risco da dupla intoxicação, causada pela utilização integrada de substâncias tóxicas diversas como os agrotóxicos e medicamentos na comunidade estudada.

Essa realidade está presente em outras regiões do país. Rozemberg (1994), em pesquisa sobre o consumo de calmantes e o “problema de nervos” em 25 comunidades rurais da região serrana do Estado do Espírito Santo, encontrou, entre 34 lavradores de áreas rurais, 30% dos entrevistados, alguém que referia e descrevia, para si e/ou familiares, que sofriam de “problema dos nervos”. E, em 11 relatos correspondendo a 32%, apareceu o excesso de trabalho como fator desencadeador privilegiado dos estados “nervosos”. Em 88% dos 34 depoimentos, foi referido pelo trabalhador o uso de um ou mais “remédios de nervos”, ou seja, o uso regular de medicamentos psicotrópicos.

Cabe ressaltar que o pano de fundo para o estado nervoso dessas trabalhadoras pode estar relacionado ao uso de agrotóxicos, que possuem componentes como organofosforados e manganês, prejudiciais ao sistema nervoso central, provocando sintomas como o sofrimento físico e mental, tais como, tremor, dor de cabeça, fadiga, angústia, nervosismo, dentre outros (Moreira et al., 2002; Araújo et al., 2007). Essa situação implica em perceber a medicalização como um paliativo, contribuindo para o não enfrentamento dessa realidade.

Objeto de vários estudos, as manifestações de nervoso apresentam vários determinantes, segundo a avaliação de uma médica do PSF desse município tais como, a falta de perspectiva para construir o futuro, o isolamento social, a insatisfação conjugal, a aculturação, a falta de lazer.

Dentro desse contexto, pensar na saúde da mulher agricultora é perceber que ela é atravessada pela problemática trazida pelas especificidades de suas condições de trabalho no campo. Ao focar o universo feminino, Levygard & Rozemberg (2004), denunciam que a hipertensão atinge a mulher em uma faixa etária inferior a dos homens, geralmente, aos 30 anos. De acordo com Peres et al. (2004), em pesquisa feita também nessa região, as mulheres estão mais vulneráveis aos efeitos trazidos pela exposição aos agrotóxicos que os homens, já que elas ajudam seus maridos, nesse processo, puxando as mangueiras – no caso de pulverizadores mecânicos – ou abastecendo os pulverizadores costais (manuais) e, freqüentemente, sem qualquer equipamento de proteção individual.

Da mesma forma, Dal Castel (2007) em seu estudo feito na Região de Passo Fundo (RS) anuncia que, ao se analisar os agentes responsáveis pelos acidentes no campo, verifica-se que eles variam em função da divisão sexual do trabalho na atividade rural. Aqueles causados por ferramentas manuais e as máquinas e implementos agrícolas, juntamente com as quedas é mais representativo no universo masculino, enquanto entre as mulheres a superação se dá por conta de acidentes com animais, queimaduras, insetos venenosos, intoxicação por agrotóxico e LER/DORT.

Em suma, este estudo pretende compreender qual é o espaço da mulher na área rural de Nova Friburgo, como ela vivencia as velhas e novas dinâmicas que estão presentes em seu cotidiano. A cidade se aproxima do campo trazendo novas possibilidades ligadas principalmente ao crescimento da atividade têxtil, ao desenvolvimento do turismo, à construção civil; uma nova configuração produtiva está permeando esses dois espaços – o rural e urbano. Em face disso, um outro olhar se faz também necessário, direcionado às mulheres que permanecem no campo, mas atuam em atividades não agrícolas, geralmente marcadas pela baixa qualificação, pela informalidade (Teixeira, 2003). Cabem, portanto algumas indagações: a quem pertence o tempo delas? Têm tempo livre para a reflexão, o lazer, os sonhos e fantasias ou ele é ocupado e regulado inteiramente pelo trabalho e para servir outrem? O uso do tempo cotidiano favorece a conquista da saúde? (Brito, 1999).

Outros indicadores de desigualdades sociais

Um outro campo que merece considerações é a desproteção social que marca a vivência de grande parte das mulheres da área rural. Diante das dificuldades impostas pelo poder institucional, geralmente elas se aposentam em atividades que sejam de mais fácil comprovação, tais como, lavadeira, doméstica (Zasso, 1997). Situação diferente foi observada em estudos em alguns municípios do Rio Grande do Sul, onde, praticamente todos os homens e mulheres do meio rural que atingiram a idade mínima para a aposentadoria requereram e tiveram acesso ao benefício. Isto evidencia uma maior consciência política entre agricultores de algumas regiões do país (Brumer, 2004).

Para adquirir aposentadoria, o rural, que por lei, se inclui na categoria de segurado especial, precisa ter 60 anos (homem) ou 55 (mulher) e comprovar um determinado número de meses em exercício em atividade rural. Este requisito representa um grande desafio, pois no campo a preocupação com a documentação não é comum, a prática oral permeia as negociações. No caso específico da mulher agricultora a situação se agrava, uma vez que as atividades comerciais fazem parte, geralmente, do universo masculino. Confirmam esses dados as informações do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DESER/CUT) ao mostrar que, a exclusão de mulheres da aposentadoria é três vezes maior que a de homens (Paulilo, 2004).

Esse panorama tem sido palco de reivindicações, principalmente, a partir da década de 80, por grupos mais organizados da sociedade rural, que buscam dentre outros, o reconhecimento da mulher enquanto agricultora, a co-participação de marido e mulher na gestão da empresa familiar, igualdade salarial entre homens e mulheres e o reconhecimento da profissão, enquanto trabalhadora rural (Teixeira, 1996).

A questão do gênero perpassa também em outras facetas do cotidiano no campo. Alguns autores analisaram a relação entre gênero e herança de terra no espaço rural em algumas regiões do Brasil. Apesar de nosso Código Civil estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança, as regras culturais (os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os "interesses" de um ator coletivo - a família -, que se impõe aos interesses individuais (Carneiro, 2001; Paulilo, 2004).

Seguindo essa prática, as mulheres recebiam, ao se casar, contribuições para o enxoval, composto de roupas de cama, mesa e banho, utensílios domésticos e, por vezes,

máquina de costura, perdendo o direito a terra, pois não contribuiria mais com o seu trabalho para a renda familiar e não seria justo aumentar o patrimônio do marido a terra da família (Carneiro, 2001). Esse costume foi verificado nas regiões de colonização italiana e alemã dos três Estados do Sul do País, onde há um mesmo padrão a respeito da herança da terra. São principalmente os filhos homens que herdam a terra. Essa exclusão também contribui para o alijamento das mulheres pelas políticas públicas por mais que as leis brasileiras condenem a discriminação por sexo. Nesse sentido, o mesmo autor, afirma que, mesmo quando o direito garante a igualdade de gênero, isso não significa que na partilha da propriedade agrícola as filhas herdem como os filhos. Muitas agricultoras não se mostram tão pacíficas com relação a essa desigualdade, questionando não sob o viés da sucessão, mas sim por terem contribuído para aquele patrimônio com o seu trabalho (Paulilo, 2004).

Ao contrário da situação descrita acima, Carneiro (2001), verificou que na região serrana do Estado do Rio de Janeiro a relação com a terra é distinta, a regra que predomina na transmissão patrimonial é a da partilha igualitária generalizada. Isto pode ser um dos fatores responsáveis pela fragmentação excessiva da terra o que, às vezes inviabiliza a produção, estimulando os contratos de arrendamento e parceria, a fim de viabilizar a produção agrícola neste local.

Cabe destacar ainda que, quanto às relações estabelecidas no espaço rural, estudos anunciam a necessidade de a mulher ter que 'se impor' em seu domicílio, o que implica desgastes emocionais, afetivos e até mesmo físicos. Pesquisa realizada em 2002 pelo Movimento de Mulheres Agricultoras com 550 participantes, em 15 municípios do Estado de Santa Catarina, traz uma incoerência nos dados obtidos: ao comparar o número de mulheres que afirmou ter sido espancada pelo marido ou namorado com o daquelas que somente conhecia alguém que foi vítima desse tipo de violência, o primeiro foi significativamente menor. Além disso, a grande maioria diz não ter liberdade de tomar decisões sem pedir licença ao marido, só o fazendo com a concordância dele, evidenciando a falta de liberdade na trajetória de vida dessas trabalhadoras (Paulilo, 2004).

A desigualdade vivenciada pela mulher no campo, fruto, dentre outros fatores, de uma lógica patriarcal muito comum na área rural e sua fragilidade na conquista de seus direitos, tornam relevantes nas pesquisas um olhar mais atento ao universo feminino. Isto possibilita informações que indiquem novos caminhos para as mulheres, tanto no que concerne aos

direitos quanto às formas de controle nas relações humanas travadas nesse meio (Brito, 1999).

Capítulo 2.

PERCURSO DA PESQUISA

Características do Município de Nova Friburgo: um pouco de história

O Município de Nova Friburgo pertence à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro que apresenta de forma geral, em suas áreas agrícolas, condições geográficas desfavoráveis, baixa tecnificação, escassez de incentivos à pequena produção. Esse conjunto de fatores leva a um baixo dinamismo do setor agrícola dentro do quadro nacional (Teixeira, 2003).

A Região Serrana é constituída, quanto ao uso e ocupação do solo de quatro microrregiões: Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Cantagalo-Cordeiro e Serrana (CIDE/2000). Seus indicadores socioeconômicos se destacam perante as demais regiões do Estado, concentrando 50% de suas terras cultivadas, cuja produção destina-se, principalmente, ao abastecimento da metrópole; apresenta elevados índices de urbanização e população urbana e uma rede de serviços e infra-estrutura suficiente para atender uma economia diversificada. As transformações socioespaciais mais recentes estão vinculadas às distintas formas de apropriação e revalorização da paisagem, ocorrendo de forma mais relevante no meio rural (Umbelino, 2001).

Além da atividade agropecuária, merecem destaque as atividades turísticas e industriais, ressaltando-se o pólo de confecções, malharia e lingerie (Nova Friburgo e Petrópolis) e as fábricas de cimento dos municípios de Cordeiro e Cantagalo. A atividade agrícola tem grande importância social e econômica para todos os municípios da região sendo Nova Friburgo, Sumidouro e Teresópolis os maiores produtores, em termos de área cultivada. (Ferreira, 2002).

Essa região, conhecida como “cinturão verde” do Estado, se destaca tanto por um potencial agrícola como pela expressiva produção de olerícolas (cultivo de hortaliças e legumes). Um sistema de produção familiar marcado pelo uso intensivo do solo, pelo pouco conhecimento sobre práticas alternativas e pela alta susceptibilidade da lavoura ao ataque de pragas e doenças, fez deste pólo agricultor um dos mais importantes consumidores de agrotóxicos do país, tendo por consequência o agravamento das intoxicações agudas e

crônicas (Ferreira, 2002; CGPR/PMNF, 2004). A complementação de renda advinda de atividades não-agrícolas tem se mostrado crescente nestes últimos anos representando uma nova estratégia de reprodução social (Umbelino, 2001).

Nesse contexto está o Município de Nova Friburgo que tem 1.009 Km², sendo o primeiro em extensão da região serrana, altitude de 846m e fica a uma distância de 136 km do Rio de Janeiro. A população total é de 173.418 habitantes, sendo que deste total 87,6% vive na área urbana e 12,4%, na zona rural (Ferreira, 2002).

Foi fundado em 1819 com a vida de cerca de mil colonos suíços católicos. Os objetivos principais com esta fundação eram de povoar o país e produzir gêneros alimentícios para a capital, que na época era no Estado do Rio de Janeiro. Com isso a colônia de Nova Friburgo caracterizava-se pela pequena propriedade, o que proporcionava uma produção variada de alimentos (Sanglard, 2003).

Muitas dificuldades marcam a trajetória de seus primeiros produtores: a comunicação restrita com os centros urbanos, a topografia da terra e a qualidade do solo, com pedras e mata densa, prejudicavam a implementação da atividade agrícola. Logo, muitas famílias deixaram a região em busca de melhores condições de vida em outros locais. Com o desenvolvimento da produção de café das regiões vizinhas, a colônia cresceu em seu entorno e começou a exportar o excedente de sua agricultura, basicamente hortifrutigranjeiro, para essas áreas. A partir do final do século XIX chegam imigrantes de outras nacionalidades e inicia-se um grande processo de transformação da estrutura sócio-econômica do município com a instalação das primeiras fábricas têxteis de Rendas, a Arp em 1911 e a Ypu em 1912 e, juntamente com a agricultura familiar, tornam-se as principais atividades produtivas da região (ibid).

Atualmente esse município é constituído de oito distritos: Amparo, Campo do Coelho, Conselheiro Paulino, Lumiar, Nova Friburgo, Riograndina, São Pedro da Serra e Muri. Seu quadro fundiário é formado por um grande número de pequenas propriedades, tendo a maioria até 20 há, mas ocupando tão somente cerca de 30% da superfície agrícola, o que implica dizer que a concentração fundiária é significativa (Teixeira, 2003). A produção agrícola desses distritos é bastante limitada em termos numéricos, por conta de vários fatores dentre os quais a dificuldade de mecanização, devido à topografia acidentada e à escassez de crédito e subsídios para o pequeno produtor rural; sendo pouca competitiva em termos de mercado regional. Para Carneiro (2001), o baixo preço dos produtos desses

agricultores no mercado tem contribuído para aumentar a sua descapitalização. Da mesma forma, a perecibilidade das olerícolas impede a espera de bons preços no mercado diminuindo a competitividade.

O sistema de parceria é bastante comum nessa região, tanto por aqueles que não têm terras, como pelos proprietários, que não têm terra suficiente para a exploração sustentável por conta da partilha igualitária, comum nessa região. Para uma área menor que cinco hectares, comum nessa região, gerar renda suficiente para a manutenção da família teria de ser ocupada por atividades intensivas em capital ou trabalho, como por exemplo, a olericultura, apesar de a sua vulnerabilidade levar a um custo alto com a compra de insumos químicos (Grande et al., 2003; Sant'ana & Costa, 2004). A parceria entre filhos e pais também tem relevância nesse município, sendo a relação trabalhista desprezível (CGPR/2004).

O escoamento da produção dos distritos é para o Ceasa do Rio de Janeiro, através de uma associação de produtores rural denominada Ação Rural, para o Colubandê e Mercadinho do Agricultor no próprio município (Teixeira, 1996), dificultado pelas condições das estradas, principalmente as que ligam o interior dos distritos as estradas principais sendo, portanto, uma fonte de abastecimento alimentar voltada para o mercado interno.

Assim como todo o meio rural brasileiro, essa região é caracterizada pelo elevado índice de analfabetismo, pela baixa escolaridade, pelo emprego de crianças na colheita, pelo despreparo destes trabalhadores para manusear as modernas técnicas de produção, uma vez que, que a maioria das propriedades cadastradas não recebe nenhum tipo de assistência técnica, e reduzida mecanização. A modalidade de uso da terra é predominantemente constituída de meeiros, parceiros e arrendatários, possuindo desprezível relação trabalhista (CGPR/2004; Peres et al., 2005).

A análise do processo de trabalho rural neste município, em estudo realizado por Peres et al (2004), desvelou um ofício fundado na própria organização dos núcleos familiares onde o aprendizado é transmitido, através das gerações, pelos pais ou chefes de família que, ao perpetrarem este conhecimento, acabam por determinar a organização de sua família em torno da atividade agrícola, conforme a própria estrutura das sociedades camponesas européias. A renda dos agricultores dessa região envolve, geralmente, além dos rendimentos obtidos da comercialização da lavoura, benefícios institucionais

(aposentadorias, pensões do INSS ou Funrural), trabalhos permanentes e temporários, elementos que podem se combinar entre si, variando por unidade de produção. Aponta-se uma gradativa desvalorização da atividade agrícola, o que faz a complementação por fontes externas à unidade de produção, cada vez mais necessária, instituindo assim um modelo de pluriatividade como forma de manutenção social (Teixeira, 1996).

Assim, o desenvolvimento tecnológico e a inserção desfavorável do homem do campo na economia de mercado levaram a ruptura no tradicional modelo agrícola desse município, bem como nas comunidades a estes associadas (Alves et al., 1999), favorecendo a inserção de novas dinâmicas na vida dos agricultores dessa região, principalmente aquelas relacionadas ao crescimento do turismo, cabendo ressaltar que essa região concentra a segunda maior rede de hotéis de nosso Estado, só perdendo para a capital.

Em termos econômicos, a indústria de transformação merece destaque, sendo este município um pólo de produção de roupas íntimas masculinas e femininas, voltado para o mercado interno e externo dando relevância ao setor de vestuário. O setor de produção de calçados, a construção civil e o comércio também têm grande participação na economia local (Teixeira, 2003).

Em meio a esse espaço em mudança, não só em decorrência da modernização da agricultura, mas também, com o estreitamento das fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, expandindo-se as atividades de lazer e turismo, propõe-se que as análises que enfocam saúde e trabalho se façam sob a ótica da divisão sexual do trabalho, buscando a equidade nas relações desiguais socialmente construídas entre homens (Melo, 2006).

Construção metodológica

Esta pesquisa, como já mencionado, tem uma dimensão estratégica, na medida em que visa fornecer subsídios para a implantação de ações no campo da Saúde do Trabalhador na região serrana. Essa contribuição, especificamente, se dará sob a ótica do gênero.

Trata-se de uma investigação de cunho, essencialmente, qualitativo que visa compreender os significados, os valores, as crenças, motivações e os sentimentos dos sujeitos deste estudo. Essa abordagem implica em um aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas.

Sob essa perspectiva busca-se desvelar as inquietações, as manifestações de prazer e sofrimento que permeiam o dia a dia que se traduzem no conhecimento das relações

estabelecidas pelas semelhanças, diferenças e desigualdades de gênero. Inicialmente trata-se de compreender o lugar ocupado pelas mulheres rurais no conjunto das atividades desenvolvidas, parcial ou exclusivamente no campo e em outras formas de produção.

A opção pela entrevista qualitativa se deu, portanto, por ser um instrumento que permite compreender, em todas as dimensões, as trajetórias de vida e trabalho dessas mulheres, nos diferentes espaços em que estão inseridas. A liberdade e a espontaneidade trazidas pela entrevista semi-estruturada foram elementos centrais para dar ao diálogo uma fluidez com intenções. Utilizar um roteiro orientador durante o trabalho de campo propiciou a abordagem de temas relevantes e, ao mesmo tempo, que o entrevistado falasse livremente sobre o assunto. Como afirma Rocha-Coutinho (2006), permitir que as pessoas falem sobre suas vidas, entremeando os repertórios técnico e pessoal, dá ao pesquisador a oportunidade de explorar não apenas os fatos e atividades como também sentimentos, ou seja, a experiência emocional de seus informantes. Entender os meandros das relações sociais que se travam nesse universo através da compreensão do cotidiano foi a minha busca (Minayo, 2006).

O recorte para delinear o campo de pesquisa foi traçado duplamente, pelos critérios de gênero e de setor de atividade. Para tanto, entrevistei trabalhadoras que atuam em diversas modalidades de trabalho em distritos onde a produção tenha características peculiares. Busquei, dessa forma, a multiplicidade da realidade e não a sua expressão numérica adotando como critério a saturação, ou seja, o limite foi dado quando alcancei à compreensão das diversas faces do cotidiano do grupo pesquisado (ibid).

Operacionalização

Em um primeiro momento do trabalho de campo, fiz contato com a Coordenação do Programa Saúde da Família (PSF) do município, que se dispôs a apoiar e oferecer as facilidades para que a pesquisa se desenvolvesse. Esta etapa teve por objetivo uma aproximação das unidades de saúde dos distritos selecionados para conhecer a dinâmica do seu trabalho, obter dados sobre a relação que eles estabelecem com a comunidade, analisar qual a compreensão desses profissionais sobre as principais demandas, quais as dificuldades e quais os avanços obtidos.

Uma outra instituição também fez parte dessa primeira aproximação: o Centro de Referência da Mulher, do Programa Pró-Cidade, que se dispôs a contribuir com os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Criado em 2006, em cumprimento a uma meta da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (2004), representa um espaço de atendimento psicológico, social e jurídico à mulher vítima de violência, articulando os serviços que contribuem para o seu fortalecimento e o resgate de sua auto-estima, propiciando as condições pessoais para a conquista da sua cidadania.

A participação, meramente como ouvinte, no VI Encontro das Mulheres agricultoras deste município organizado, anualmente, pela EMATER e Secretaria de Saúde e que, neste ano (2007), contou com a participação do Centro de Referência da Mulher, foi significativa. O encontro proporcionou palestras sobre Alimentação Alternativa; Planejamento Familiar; O Trabalho no Campo e a Previdência Social além de reservar um momento para que as participantes discutissem sobre as principais reivindicações de suas comunidades.

Este espaço de troca me proporcionou novas informações sobre as atividades agrícolas desse município: a produção orgânica em Janela das Andorinhas e a intensa produção de flores em Vargem Alta que foram determinantes para delinear a minha área de atuação uma vez que, a princípio, somente Campo do Coelho estava determinado como local de pesquisa, por conta do uso intensivo de agroquímicos e sua visibilidade na produção agrícola desse município, informações essas trazidas pela literatura. Consegui, dessa forma, atuar em áreas com características bastante peculiares, trazendo maior riqueza para as reflexões tecidas a partir do material obtido.

O contato direto com mulheres de cada um desses distritos facilitou a minha chegada aos mesmos. Não posso deixar também de registrar que, passar o dia todo com elas, que pelo presumido comporia grande parte do meu público, participar das dinâmicas, do almoço, das palestras oferecidas (saúde, previdência) me trouxe certa familiaridade com o contexto onde ia atuar. Perceber a importância desse encontro para elas como se fosse dia de festa, todas muito bem arrumadas, preocupadas com o uso dos talheres, bastante envolvidas com os exercícios de relaxamento, o que para Zasso (1997), são traços reveladores de uma nova visão de mundo, instigou-me, a conhecer um pouco mais e melhor essas mulheres e como bem se diz: não se pode desejar o que não tem ligação com a própria vida do pesquisador, o que nela não se enraíza (Marques apud Dal Castel, 2007). Restou-me ir ao campo, literalmente falando.

Indo ao campo

Abrindo portas...

Cheguei aos diferentes distritos através das agricultoras que conheci no Encontro dessa categoria. Foram elas que me receberam e me apresentaram às mulheres da comunidade que estão inseridas em atividades diversas no meio rural, realizando um total de 24 entrevistas nos três distritos. Obtive também informações complementares ao longo dos muitos deslocamentos pelas estradas que cortam as lavouras. Foi uma oportunidade ímpar para conversar com as mulheres que fui encontrando e, apesar das limitações impostas pela casualidade do encontro ou das pausas possíveis pela própria pessoa imersa no seu labor, esses momentos me ajudaram a conhecer e sentir melhor essa realidade.

A maioria das entrevistas foi feita na casa das entrevistadas, o que possibilitou inclusive, algumas intervenções de cônjuges e filhos das trabalhadoras. Fato interessante é que, o espaço escolhido era sempre a cozinha. Pensar sobre isso me fez buscar algo na literatura e encontrei em Zasso (1997) uma possível explicação. Para ela a cozinha, além de ser um lugar íntimo, é um espaço da mulher, lugar privilegiado da sociabilidade familiar, que permite visualizar a limpeza, as panelas brilhando e todas muito organizadas nas prateleiras. Isso demonstra que a família possui uma boa dona-de-casa, apesar das várias jornadas de trabalho. Realmente o brilho das panelas e das latas de mantimentos me impressionou. Poucas foram as exceções a essa regra.

A minha primeira preocupação nas entrevistas foi criar um clima de empatia, tornar o ambiente informal, estabelecendo uma relação o mais horizontal possível através de uma linguagem próxima da que elas utilizam. Essa introdução foi essencial para estabelecer os laços de confiança com as entrevistadas que, logo de início, diziam “acho que não vou saber, não vou ajudar muito”, mostrando-se inseguras quanto à capacidade de colaborar.

Em seguida, garanti o sigilo dos dados, expliquei a importância de gravar os depoimentos, entreguei e li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, deixando uma cópia com a pessoa. Comecei então a entrevista, procurando estar atenta não somente ao que elas falam, mas também, ao *como* falam. As entrevistas seguiram dinâmicas diferentes em função das características de cada uma delas. Algumas se deram de modo mais natural e espontâneo, durando mais tempo, permitindo discutir um maior número de assuntos e em

maior profundidade. Outras foram mais objetivas, mais monossilábicas, embora contribuíssem com alguns elementos importantes ao estudo.

O trabalho de campo foi uma experiência bastante prazerosa. Apesar da distância, dos inúmeros ônibus, das horas gastas para ir/voltar (às vezes, mais de 5 horas), do afastamento da família, do cansaço ao ter que ir para o trabalho no dia seguinte, foi gratificante. Os depoimentos de suas histórias de vida, carregados de emoção e, em alguns deles, em tom de desabafo, mas sempre permeados pelo carinho, me marcaram de forma especial. Foram momentos vividos em que a emoção, as frustrações, os sonhos, as expectativas estavam sempre presentes. Difícil é expressar tudo isso em palavras. Por outro lado, a grande tarefa do pesquisador é “falar através de uma linguagem ‘científica’, é abordar uma dimensão da vida: pesquisar é pensar caminhos metodológicos e teóricos que busquem apreender além do visível” (Dal Castel, 2007).

Uma vez terminado a pesquisa de campo, comecei a organizar as reflexões que já estavam se dando concomitantemente a essa etapa. Inicialmente, transcrevi as entrevistas, substituí os nomes por pseudônimos e numerei os distritos com a finalidade de garantir o anonimato das pessoas. No tratamento dos dados, utilizei a análise temática, partindo de uma leitura de primeiro plano das falas, para destacar o que parecia guardar relação com os objetivos da pesquisa. Fiz, em seguida, uma leitura mais profunda do material, o que me permitiu identificar as categorias que dariam conta da compreensão das trajetórias ocupacionais e de vida das entrevistadas.

No conjunto das descobertas de toda essa compilação considero que uma distribuição desse pensamento condizente com os objetivos propostos poderia ser a seguinte: (1) a mulher e o espaço de produção; (2) trabalho sim, ajuda não!; (3) caminho da roça: quem vai seguir?; (4) da desigualdade social aos sinais de emancipação; (5) saúde: para além do visível; (6) quando os documentos silenciam e considerações finais. Na primeira abordagem “a mulher e o espaço de produção” o objetivo é oferecer elementos que ajudem a descortinar o cotidiano dessas mulheres e isto implica conhecer um pouco os espaços onde elas vivem e as suas trajetórias de vida, enfim, um mergulho no tempo e no espaço.

Em “trabalho sim, ajuda não!”, discuto aspectos do processo de trabalho, tais como, a sobrecarga de trabalho, a invisibilidade marcada pela ausência da identidade de trabalhadora rural, construída socialmente, denunciando a divisão sexual do trabalho na área rural. A partir desse contexto segue-se “caminho da roça: quem vai seguir?”, onde a

principal discussão gira em torno das aspirações que os pais delineiam para o futuro de seus filhos. Almejam que profissão para eles? Incentivam o estudo como um meio de proporcionar a inserção em novas alternativas de trabalho? Em que medida as diferenças de sexo refletem-se no encaminhamento dado aos filhos e as filhas?

No item “da desigualdade social aos sinais de emancipação” busco pontuar situações que representam um avanço nas relações sociais travadas, assim como, aquelas que ainda reforçam o papel social destinado a mulher nesse contexto.

No tópico seguinte “saúde: para além do visível“ desvelo como elas são assistidas, como se previnem, quais são os principais agravos à saúde, como elas lidam com os mesmos, quais as principais demandas e uma reflexão sobre a possível relação do adoecimento com o processo de trabalho.

Na última parte - “quando os documentos silenciam” - traga à tona os descaminhos experienciados na busca da obtenção de benefícios da Previdência social, marcados por um misto de indignação, de revolta e de silêncio.

Termino este ensaio acadêmico com as considerações finais pontuando os momentos que mais carecem de reflexões/ações para promover a autonomia dessas mulheres e melhorar a sua qualidade de vida.

Capítulo 3.

MENSAGENS CRUZADAS: TRABALHO, SAÚDE, RECONHECIMENTO SOCIAL

O mundo rural vem sofrendo mudanças significativas. Apesar da importância da atividade agrícola, novas estratégias de reprodução social baseadas na complementação de renda advinda de atividades não diretamente ligadas ao trabalho rural estão cada vez mais expressivas. Em meio a esse processo é importante refletir sobre o significado desse movimento no cotidiano da mulher que transita neste espaço. Esse novo contexto traz inovações acerca da divisão sexual de trabalho ou das relações sociais no campo, rompendo com os padrões tradicionais de submissão feminina? Favorece a sua auto-estima, a sua saúde, o seu reconhecimento? Responder a essas questões significa, primeiramente, descobrir quem é essa mulher, onde ela está, o que faz e como se percebe nos processos produtivos e nas relações sociais; significa enfim conhecer o seu cotidiano em suas múltiplas variáveis.

A mulher e o espaço de produção

As mulheres que fazem parte dessa história compõem um segmento especialmente importante na sociedade e, nem sempre, suficientemente reconhecido. A maioria dessas mulheres mantém desde a infância uma grande proximidade com a atividade rural, vivencia as mudanças trazidas pela introdução do capital no campo, sentindo “na pele” suas implicações. É também contemporânea das novas dinâmicas produtivas que começam a se destacar nessa área, ligadas ao desenvolvimento do turismo, ao crescimento do setor têxtil, dentre outros, onde, algumas se inserem.

Para entender seu cotidiano é preciso ouvir a fala e o silêncio, refletir, perceber o oculto na ‘visibilidade’ dos depoimentos e desvelar como essas mudanças vão se refletindo em suas vidas, no trabalho e no espaço social onde vivem. É preciso sair do urbano e ser sensível às paisagens que mudam a cada curva, aos domicílios abandonados e a possível história ali vivida, ao cheiro do mato, à poeira misturada ao suor do corpo e ao chegar ao campo, sentir-se embebida da ruralidade em sua essência. Isto implica em conhecer, primeiramente, o espaço físico onde elas estão inseridas cabendo, portanto escrever um

pouco sobre os três distritos (Riograndina, São Pedro da Serra, Campo do Coelho – Anexo I) que contextualizam as entrevistas e, em seguida, suas trajetórias de vida.

Os diferentes espaços

Riograndina

Riograndina é o 3º distrito do Município de Nova Friburgo. Caracteriza-se por apresentar duas regiões com características distintas. Uma com perfil quase urbano, com evidentes traços de um crescimento desordenado em substituição a uma atividade agrícola, apresentando serviços precários, comércio discreto distribuído à beira da estrada, em péssimas condições de uso. É atendida por duas linhas de ônibus, que estão, em sua maioria, em precário estado de conservação. Destacam-se a construção nas encostas e o assoreamento do rio que ladeia o local, com ligações diretas de esgoto, evidenciando um quadro de abandono no processo de urbanização. Neste “centro” encontram-se a escola do 2º segmento do ensino fundamental e ensino médio e a sede do Programa Saúde da Família (PSF).

Afastada alguns quilômetros, ao longo dos quais poucas unidades de moradias são observadas, formando quase um vazio e, contrapondo-se ao “centro”, em meio a uma vegetação ainda conservada, encontramos “Janela das Andorinhas”, área tipicamente rural, marcada pela exuberância da natureza e pelo relevo acidentado. Em sua produção se destaca o caqui - colhido nos meses de abril e maio - e o tomate, com colheita maior durante janeiro e fevereiro. Uma produção de outras olerícolas, menos expressiva, também é encontrada, talvez como forma de substituir as já citadas em períodos de entressafra. Sua população é formada por menos de cem famílias, em sua maioria, agricultores, mas já expressa uma inserção em atividades não-agrícolas, tais como, comércio, faxina, confecção doméstica, no próprio local ou na cidade.



Fig. 1: Cultivo de caqui e de tomate em primeiro plano

Em 1998, a Associação de Pequenos Agricultores, em parceria com a EMATER e Secretaria de Agricultura, construiu a Cozinha Escola, com objetivo de diversificar a mão-de-obra feminina local, através de cursos de fabricação de doces, geléias, defumados, confeitagem de bolos, dentre outros. A iniciativa foi interrompida há cerca de 2 anos, por falta de investimentos e todo o instrumental da cozinha se encontra abandonado. O turismo é visto como possibilidade na diversificação da renda, devido à presença do Mosteiro Santa Cruz, além do sistema colhe-e-pague nos pomares, mas ainda não está em fase de implementação, não havendo nenhuma estrutura local adequada para esse empreendimento.

A prática da agricultura orgânica também está incorporada neste local, razão principal para a escolha desse distrito. Segundo Umbelino (2001), essa opção de abandonar o uso de herbicidas, tanto por parte de alguns proprietários quanto por meeiros do local ocorreu devido ao seu efeito maléfico à saúde e, também, por conta do custo elevado dos agrotóxicos, que não compensaria. Um dos pioneiros, nesta localidade, despertou seu interesse por essa prática após um acontecimento trágico em sua família devido ao uso de agrotóxico e em um curso sobre o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual, iniciando um longo caminho em busca de cursos técnicos que o instrumentalizasse. Apesar do desejo evidenciado por alguns agricultores, a reduzida assistência técnica, a dificuldade em obter financiamentos, a presença marcante da agricultura tradicional, com intensa utilização de agrotóxicos, sem preocupação ambiental, contribuem para o insucesso desta prática agrícola. As áreas de produção se confundem com as de moradia e ladeiam o pequeno rio que, dessa forma, recebe diretamente os resíduos da pulverização,

comprometendo a qualidade da água usada na irrigação. Todos esses fatores somados ao custo para certificar os produtos e a comercialização precária contribuem para dificultar o fortalecimento da agricultura orgânica nessa comunidade.



Fig. 2: Cultivo orgânico de feijão-de vara

Importante também registrar que Janela é, praticamente, o berço das rosas que fazem com que o distrito de Vargem Alta se destaque na produção de flores neste município. A técnica da enxertia foi trazida para esse distrito por um agricultor de outra localidade, repassada aos seus parentes e filhos e representa, hoje, uma das bases de produção desse núcleo familiar, que também atua na produção de olerícolas.

O quadro fundiário de Janela é formado por pequenas propriedades com casas de alvenaria, em sua maioria, bem simples. Existe uma única escola que só funciona no horário da manhã e atende, unicamente, alunos ao primeiro segmento do ensino fundamental, em regime multisseriado, isto é, todas as crianças estudam juntas por vários anos. Isto estreita os laços entre eles, mas sob outro ângulo, dificulta o processo de socialização a que vão se submeter àqueles que ingressarem em outras escolas para darem continuidade aos estudos. A diretora da mesma só está presente uma vez por semana, uma vez que, tem outras escolas sob sua responsabilidade. Dessa forma a professora e a merendeira são responsáveis pelo funcionamento da mesma, durante os outros dias da semana.

A professora mostrou-se sensível à necessidade - já posta pela comunidade - do ensino infantil (pré-escolar), mas não atendida pela Secretaria de Educação, pois o mínimo de alunos por turma não consegue ser preenchido devido ao pequeno número de moradores. As crianças não usam uniformes, são tímidas, e se percebe que não existe uma preocupação com a moda em seu vestuário. O ônibus é um grande espaço de socialização, do qual passei a fazer parte. O motorista assume funções diferentes das peculiares, como por exemplo, no dia em que a professora faltou, ele foi avisando as crianças que não haveria aula.

A poeira é comum em parte do trajeto de quase uma hora, pois a estrada secundária é asfaltada somente nos pontos onde até bem pouco tempo os “atolamentos” eram constantes, dificultando o acesso à estrada principal que tinha que ser feito a pé pelos moradores. Até hoje nem sempre o ônibus pode cumprir todo o trajeto, pois em dias de chuva, a parte final da estrada fica enlameada e inviabiliza a sua passagem. Quando isso acontece, os moradores da parte final da estrada têm que andar cerca de 20 minutos para chegar ao ponto final provisório. Os horários do transporte coletivo, que já é bem melhor, mas ainda insatisfatórios, são escassos com intervalo de 2 h, sendo que o último coletivo sai antes das 8h de Friburgo e retorna às 9h, inviabilizando o trabalho no comércio em horários noturnos.

Quanto ao comércio local pode-se afirmar que é bastante restrito já que só tem uma casa comercial que apresenta produtos variados para atender as necessidades básicas da população. Uma vez por semana passa um vendedor motorizado trazendo carnes, frutas e legumes. A Igreja Evangélica fica no “centro” de Janela e a Católica ocupa um espaço comum à cozinha experimental, mas a celebração de missas não é semanal. Um campo de futebol, sinuca e sauna compõem o espaço de lazer dessa comunidade, além de cachoeira, relativamente perigosa, que tem sido utilizada por excursionistas. Apresenta uma pequena área de lazer infantil, mas está severamente abandonada e como afirma uma moradora *“aqui só tem um parquinho que nem parquinho é”*.



Fig. 3: O “*parquinho que nem parquinho é*”.

Em Janela o que mais incomoda aos moradores é a estrutura escolar que só atende até a 4ª série, sendo o único distrito dentre os visitados que apresenta essa carência. Isso dificulta a continuidade do ensino, obrigando aos alunos, com cerca de 10 anos, acordarem muito cedo para pegarem o ônibus das 6h, sendo que o inverno bastante rigoroso complica ainda mais esse quadro.

Vargem Alta

Região de destaque dentro do município, em função da intensa produção de flores de corte, onde a rosa, a palma, o crisântemo, o tango e as samambaias podem ser citados como responsáveis pela significativa geração de renda (CGPR/PMNF, 2004). A produção de olerícolas, principalmente inhame, jiló, pimentão, repolho e tomate, também é expressiva. Pertence ao 7º distrito (São Pedro da Serra) que, juntamente com o distrito de Lumiar, correspondem a 39% da área do município. A economia desse distrito encontra-se assentada em torno de duas atividades: o turismo e a agricultura. As pequenas pousadas modificam o caráter eminentemente agrícola desse distrito, mas Vargem Alta foge desse perfil, o que tem permitido a expansão de áreas destinadas à floricultura, sobretudo nas duas últimas décadas, representando o maior potencial econômico da região e fonte de ocupação da população local.

A floricultura em Vargem Alta representa um importante processo de diferenciação social entre os pequenos agricultores. Aqui temos os que se dedicam a essa produção em seu próprio estabelecimento, com um suporte técnico adequado à grande produção, tais como grandes câmaras frigoríficas e caminhões para comercializarem, diretamente, seus

produtos para a CADEG, Rio de Janeiro. Dessa forma, obtêm uma renda muito maior que os pequenos produtores que se dedicam ao cultivo de olerícolas.



Fig.4: Interior de uma câmara frigorífica

A produção de flores permitiu, em Vargem Alta, a inserção de mulheres em uma de suas etapas produtivas, que é a colheita de samambaias e a preparação das mocas de samambaia - arranjos feitos com 35 feixes com 5 folhas cada. Esta atividade representa a garantia de renda própria para elas e diminui a submissão aos poucos recursos provenientes da lavoura branca, forma comum de se referirem as olerícolas. Observa-se também que algumas mulheres atuam em atividades não-agrícolas, tais como faxina domiciliar, confecção caseira e nas escolas locais.



Fig.5: Cultivo de samambaias em Vargem Alta

Uma estratégia para fomentar a agricultura local foi a implantação de uma escola técnica agrícola, em parceria com o Instituto IBELGA que oferece o ensino fundamental, em sistema de alternância para possibilitar a conciliação da escola com a agricultura. Outra escola municipal atende desde o pré-escolar até a 4ª série, em dois turnos e, durante a noite oferece ensino de Jovens e Adultos. A Prefeitura disponibiliza o serviço de vans para transportar os alunos que moram afastados dessa unidade escolar, absorvendo a mão-de-obra masculina local na função de motorista.

Chegar à Vargem Alta significa fazer um trajeto de cerca de uma hora e meia, cortando morros, em estrada de barro e curvas acentuadas, em ônibus desconfortáveis. À medida que nos afastamos do centro de Friburgo as propriedades vão escasseando e, de pontos em pontos, passamos por pequenos lugarejos, onde se percebe vocação agrícola e atividade pecuária bem restrita. A presença de estufas se destaca em algumas propriedades e de acordo com o CGPR/PMNF (2004), ainda é uma técnica bastante limitada sendo somente utilizada em 5% das propriedades cadastradas, principalmente, nesse distrito e em Riograndina.

A poeira toma conta do ônibus, deixando os bancos completamente sujos, impondo aos passageiros mais sensíveis o uso de lenços cobrindo o nariz, como acontecia com a professora que viajava comigo. Apesar dos horários fixos e também escassos dos ônibus, o comportamento é diferente do observado no caminho para Janela das Andorinhas, aqui os usuários não conversam, a socialização não existe. Os alunos vão tomando conta do ônibus, brincam, conversam, e apresentam-se alguns uniformizados e outros com roupas comuns, mas que, nitidamente, acompanham a moda dos centros urbanos. Tudo isso contrasta com o descrito sobre Janela.

Foi interessante observar um cuidado da professora, que implica em começar a sua atividade com seus alunos antes de chegar à escola: a cada aluno que entrava no ônibus ela ia até a porta do ônibus para pegá-lo e o acomodava nos bancos empoeirados. Isso se justifica pelo pequeno tamanho dos mesmos (pré-escolar) e pelo balanço devido às estradas pouco conservadas e as curvas descritas pelo veículo.

As propriedades situam-se em áreas acidentadas e são bem diversificadas. Umhas simples, pequenas, contrastando com outras que evidenciam uma situação financeira privilegiada para seus proprietários. É comum também perceber que muitas têm carros em suas garagens. Vez por outra cruzamos com caminhões transportadores de flores. A estrada

vai cortando as áreas agrícolas, onde os espaços de produção e reprodução também se misturam.



ERROR: ioerror
OFFENDING COMMAND: image

STACK: